

DESACELERAÇÃO**FMI reduz para 2,1% projeção de crescimento do PIB brasileiro****ESTADÃO CONTEÚDO**

Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2019 de 2,5% para 2,1%. Para o ano que vem, a previsão de alta passou de 2,2% para 2,5%.

As estimativas, que atualizam números divulgados em janeiro, constam do relatório *Perspectiva Econômica Mundial*, cujo título é "Desaceleração de crescimento, recuperação precária", publicado ontem. Em outubro, o FMI indicou que a expansão brasileira atingiria 2,4% em 2019 e 2,3% em 2020. Os desequilíbrios fiscais são um dos principais fatores que pesaram nas alterações das previsões.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

GLP Segundo ministro da Economia, valor do botijão deve ser reduzido como efeito da quebra de monopólio no setor

Guedes diz que preço do gás de cozinha deve cair pela metade

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo pretende reduzir pela metade o preço do gás de cozinha no País em dois anos. De acordo com o ministro, para conseguir essa redução, é preciso quebrar o monopólio do refino e da distribuição.

"Daqui a dois anos, o botijão de gás vai chegar na metade do preço à casa do trabalhador brasileiro. Vamos quebrar esses monopólios e vamos baixar o preço

do gás e do petróleo com a competição", disse Guedes.

Ao participar da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília, Guedes disse que o monopólio da Petrobras no refino do gás torna o preço do produto mais alto no Brasil. O ministro afirmou ainda que a solução para a falta de recursos vem do petróleo, especificamente da exploração da camada do pré-sal.

Guedes defendeu junto aos prefeitos a aprovação da reforma da Previdência, ressaltando que a reforma vai liberar recursos para os en-

tes municipais. "Todos já sabemos que a reforma da Previdência é importante também para municípios e estados", afirmou.

Reforma tributária

O ministro disse ainda que o governo trabalha para unificar ainda este ano até cinco tributos e que se a mudança for efetivada a arrecadação será compartilhada com estados e municípios.

"Vamos baixar, simplificar, reduzir impostos para o Brasil crescer. É a reforma tributária. Primeiro, vamos pegar três, quatro, cinco im-



Produto pode ter queda de preços "daqui a dois anos"

postos e fundir em um só. Vai chamar Imposto Único Federal", disse Guedes, que não detalhou quais seriam os impostos unificados.

O ministro também disse que vai trabalhar para que a maior parte da arrecadação dos recursos arrecadados no País fique com os municí-

pios. "Hoje, 65% são da União; 35%, de estados e municípios. No futuro, 70% têm que ser de estados e municípios. Mas não é daqui a 20 anos, é pra agora", disse.

No caso do preço do gás, a redução do valor foi uma das propostas da oposição na campanha eleitoral.

FMI REDUZ PREVISÃO DE ALTA DO PIB BRASILEIRO

RELATÓRIO O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2019 de 2,5% para 2,1%. Para 2020, a previsão de alta subiu de 2,2% para 2,5%.

As estimativas, que atualizam números divulgados em janeiro, constam do relatório *Perspectiva Econômica Mundial*, cujo título é *Desaceleração de Crescimento, Recuperação Precária*, publicado ontem. Em outubro, o FMI indicou que a expansão brasileira atingiria 2,4% em 2019 e 2,3% em 2020.

Segundo o relatório, os desequilíbrios fiscais são um dos principais fatores que pesaram nas alterações das previsões para o PIB do país, além de “rigidez estrutural e termos de troca moderados”, que levam o Brasil a ter um crescimento estável, mas sem avanços expressivos.

“No Brasil, a principal prioridade é conter a dívida pública em ascensão, mantendo intactos ao mesmo tempo os necessários gastos sociais”, afirma o documento do Fundo.

Tribuna

Guedes anuncia R\$1 tri de estatais a serem privatizadas

FABRÍCIO DE CASTRO E
LORENA RODRIGUES
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, durante evento em Brasília, que os "prefeitos são políticos e sabem que têm um desafio grande pela frente" "E temos que ajudar vocês".

completou, para uma plateia de prefeitos de todo o País. Guedes voltou a defender um novo pacto federativo para, segundo ele, "descarimbar" os recursos. O ministro citou ainda uma série de propostas em andamento no governo, para colocar em ordem as contas públicas. Ele lembrou da intenção de privatizar empresas estatais,

o que deve gerar "mais de R\$ 1 trilhão". Segundo ele, a terceira reforma a ser feita pelo governo será a das privatizações. Além disso, Guedes defendeu a simplificação das ações e a redução da burocracia. "O Ministério de Indústria e Comércio não deixava simplificar", afirmou, lembrando que, em seu lugar, foi criada a Secretaria

Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. "Já estamos segurando os concursos públicos. Vamos cortar dramaticamente o número de funcionários", acrescentou Guedes. "Acabou o empreguismo, não tem mais isso." Guedes afirmou ainda que o governo planeja reduzir a tarifa média de importação em 1% no primeiro ano.

GUEDES voltou a defender um novo pacto federativo para "descarimbar" os recursos.



Tribuna

Governo federal quer reduzir pela metade o preço do gás de cozinha

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje (9) que o governo pretende reduzir pela metade o preço do gás de cozinha no país em dois anos. De acordo com o ministro, para conseguir essa redução, é preciso quebrar o monopólio do refino e da distribuição.

"Daqui a dois anos, o botijão de gás vai chegar na metade do preço na casa do trabalhador brasileiro. Vamos quebrar esses monopólios e vamos baixar o preço do gás e do petróleo com a competição", disse Guedes.

Ao participar da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília, Guedes disse que o monopólio

da Petrobras no refino do gás torna o preço do produto mais caro no Brasil. O ministro afirmou ainda que a solução para a falta de recursos vem do petróleo, especificamente da exploração da camada do pré-sal.

Guedes defendeu junto aos prefeitos a aprovação da reforma da Previdência, ressaltando que a reforma vai liberar recursos para os entes municipais. "Todos já sabemos que a reforma da Previdência é importante também para municípios e estados", afirmou.

O ministro disse ainda que o governo trabalha para unificar ainda este ano até cinco tributos e que se a mudança for efetivada a arrecadação

será compartilhada com estados e municípios.

"Vamos baixar, simplificar, reduzir impostos para o Brasil crescer. É a reforma tributária. Primeiro, vamos pegar três, quatro, cinco impostos e fundir em um só. Vai chamar Imposto Único Federal", disse Guedes que não detalhou quais seriam os impostos unificados.

O ministro também disse que vai trabalhar para que a maior parte da arrecadação dos recursos arrecadados no país fique com os municípios. "Hoje, 65% é da União, 35% de estados e municípios. No futuro, 70% tem que ser de estados e municípios. Mas não é daqui a vinte anos, é pra agora", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/04/2019	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Abril de 2019 - 19:20

Reforma tributária começa neste ano com fusão de impostos, diz Guedes

por **Bernardo Caram** | Folhapress



Em busca de apoio para a aprovação da reforma da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou a uma plateia de prefeitos, nesta terça-feira (9), que o governo pretende unificar até cinco tributos já neste ano e que, efetivada a mudança, a arrecadação será compartilhada com estados e municípios.

O plano é que esse seja o primeiro passo para uma reforma tributária mais ampla, também em estudo pela equipe econômica.

"Vamos baixar, simplificar, reduzir impostos para o Brasil crescer. É a reforma tributária. Primeiro, vamos pegar três, quatro, cinco impostos e fundir em um só. Vai chamar imposto único federal", disse Guedes, que participou de painel na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, conhecida como marcha dos prefeitos.

O ministro não detalhou quais tributos entrarão nessa primeira ação do governo. Segundo ele, prefeitos e governadores serão beneficiados com repasse de contribuições que hoje não são divididas com os governos regionais.

"Na hora que nós unificarmos no imposto único federal, serão todas elas compartilhadas", disse, arrancando aplausos dos prefeitos que acompanhavam o discurso.

O ministro centrou sua fala na defesa da reforma da Previdência e disse que a aprovação da proposta permitirá uma ampliação dos repasses a municípios.

"Se aprovarmos essa reforma logo no primeiro semestre, nós já vamos para as próximas eleições com uma agenda muito positiva pela frente", afirmou.

O ministro voltou a defender que 70% da arrecadação do país fique com estados e municípios.



Economia E Mercado

Impasse sobre incentivo fiscal trava venda de fábrica da Ford



10 de Abril de 2019 às 06:05 Por: **Reprodução** Por: **Folhapress00**comentários

Um impasse em torno de incentivos fiscais ameaça travar a venda da fábrica de caminhões da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, para a Caoa. Segundo apurou a reportagem, representantes da Caoa, que pertence ao empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, estiveram nesta segunda-feira (8) na Secretaria de Fazenda e Planejamento do governo de São Paulo.

Os executivos solicitaram ao governo estadual contrapartidas fiscais para adquirir a unidade e preservar os cerca de 3.000 empregos. O governador João Doria (PSDB) já anunciou publicamente que ajudaria a buscar compradores para a fábrica. Os técnicos da Fazenda, no entanto, afirmaram que o programa estadual para o setor automotivo contempla apenas novos investimentos, o que significa que, para se enquadrar, a Caoa teria de se comprometer com um plano de aportes para a unidade.

Chamado de IncentivAuto, o programa do governo estadual prevê desconto progressivo até o limite de 25% do ICMS para os veículos fabricados em São Paulo.

Para participar, as empresas têm de investir mais de R\$ 1 bilhão e se comprometer a criar, no mínimo, 400 postos de trabalho. Pessoas próximas a Oliveira Andrade dizem que o empresário ficou decepcionado e que estaria até pensando em desistir de adquirir a fábrica.

Outras fontes dizem acreditar que se trata de pressão para levar o governo estadual a conceder mais incentivos. Conforme apurou a reportagem, as tratativas com a Ford continuam, mas a Caoa teria informado que vem tendo dificuldades nas negociações com o governo estadual. A empresa ainda não está fazendo "due dilligence" (análise dos dados) da unidade.

Doria está pessoalmente empenhado em deter o fechamento de vagas no setor automotivo. O próprio programa IncentivAuto nasceu de uma negociação com a General Motors, para evitar que a empresa deixasse o estado e até o país.

No entanto, o secretário de Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, vem sendo cuidadoso na concessão dos benefícios e faz questão de atrelá-los a novos investimentos, para evitar que se tornem apenas um socorro para empresas em dificuldades. Em fevereiro, a Ford anunciou que fecharia a fábrica de São Bernardo do Campo no fim deste ano, gerando forte reação do sindicato de trabalhadores. A montadora americana informou que desistira de fabricar caminhões no mundo.

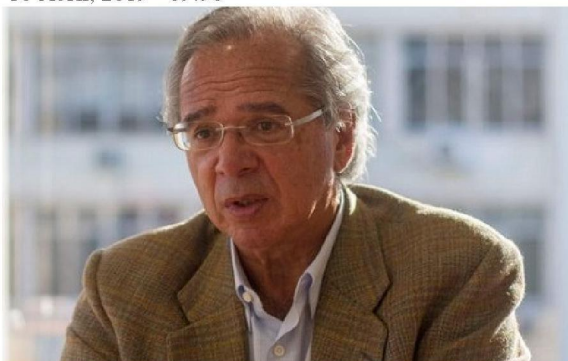
Por insistência do governador tucano, a Ford retomou as tentativas de tentar vender a fábrica, que não haviam sido bem-sucedidas até então. Três grupos teriam demonstrado interesse. As negociações estariam mais avançadas com a Caoa. Procuradas, Caoa e Ford não se manifestaram. A Secretaria de Fazenda e Planejamento paulista não confirmou a reunião e informou que emitirá em breve uma resolução com as condições de enquadramento dos novos investimentos dentro do IncentivAuto.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/04/2019	Coluna: Outras Notícias



PAULO GUEDES DIZ QUE VAI CRIAR IMPOSTO ÚNICO FEDERAL

10 Abril, 2019 - 09:30



Em discurso a uma plateia de centenas de prefeitos de todo o Brasil, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou, que o governo planeja criar, ainda este ano, um imposto único federal com a fusão de três a cinco tributos federais. Além disso, prometeu que impostos e contribuições passarão a ser compartilhados com Estados e municípios. Segundo ele, governadores e prefeitos vão receber a maior parte dos recursos.

“Na nossa reforma tributária vamos pegar três, quatro, cinco impostos e fundir em um só, o imposto único federal. Todas as contribuições que não eram compartilhadas, criadas para salvar a União, quando unificarmos serão todas compartilhadas”, afirmou, sem detalhar quais tributos seriam extintos. O ministro também disse que o governo vai retirar a tributação sobre a folha de salários. Os tributos passarão a ser cobrados sobre outra base.

Presente ao evento, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, afirmou que será criado um imposto eletrônico sobre pagamentos, que vai também englobar movimentações financeiras. Cintra também anunciou a nota fiscal eletrônica sobre o setor de serviços que, segundo ele, vai “revolucionar” as administrações tributárias.

“Qual o filé mignon tributário hoje? Os serviços. É a base tributária que mais se expande no mundo todo. Não tenho dúvidas de que, em mais 10 ou 15 anos, vai representar a maior parte da base tributária explorada por todos os governos no mundo inteiro”, afirmou Cintra. A ideia, de acordo com ele, é que os municípios arrecadem tributos com base na exploração dos serviços.

Ao mesmo tempo, defendeu que a proposta de criação de um novo pacto federativo tem como objetivo colocar “dinheiro na base” – ou seja, nas prefeituras e nos Estados. “(Serão) 70% lá embaixo e 30% lá em cima, se muito”, disse o ministro, em referência à parcela que defende para governadores e prefeitos e à da União. O novo “pacto federativo”, que chegou a ser chamado de Plano B à reforma da Previdência, prevê nova divisão dos tributos entre a União, Estados e municípios e retirar “amarras” do Orçamento.

Ao tratar especificamente dos Estados, Guedes voltou a citar a intenção do governo de lançar um plano de recuperação de curto prazo, no valor de R\$ 10 bilhões. O plano está sendo usado como moeda de troca para o governo federal conseguir o apoio à reforma da Previdência e prevê dinheiro novo para Estados menos endividados, mas que têm problemas de caixa para pagar a servidores e fornecedores. Em troca, terão de adotar medidas de ajuste nas contas públicas. O ministro afirmou que tem falado diretamente com alguns governadores sobre o assunto. “Tenho dito: ‘respira no canudinho que está chegando reforço’”, afirmou.

09/04/2019 - 21:21

Senado aprova repasse de emendas a Estados sem intermediação da União

Por **Renan Truffi e Vandson Lima**

BRASÍLIA - Em um agrado às centenas de prefeitos que estão em Brasília nesta semana, o Senado aprovou em dois turnos, na noite desta terça-feira (9), uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza deputados e senadores repassarem recursos de emendas individuais impositivas diretamente para os Estados e municípios, sem a intermediação da União. Na prática, a verba será transferida para prefeitos e governadores independentemente da assinatura de convênios, inclusive a título de "doação", sem destinação específica.

A proposta foi uma promessa assumida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), durante a 22ª Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília nesta terça-feira. Ele disse que falará com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para garantir que a medida também seja aprovada em definitivo na outra Casa ainda nesta quarta-feira (10).

AdChoices
PUBLICIDADE

Pelo texto aprovado, as emendas apresentadas podem ser transferidas simplesmente "a título de doação" ou "com finalidade de despesa definida". No caso de doação, a emenda afirma que a verba será repassada "independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere".

"O recurso, muitas vezes, é destinado ao município, mas este deixa de cumprir alguma formalidade, tem alguma negativação, a Caixa Econômica impõe restrições. A emenda simplifica a relação: o deputado quer destinar ao município, ele o faz para aquilo convier à política pública do município. Evita aqueles casos em que falta um documento aqui ou ali, vira o ano e o governante perde o recurso", disse o relator da proposta, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). "Não podemos perder recurso por causa de burocracia. O que estamos fazendo é uma ligação direta, sem participação da Caixa Econômica Federal".

Segundo o parlamentar do DEM, a proposta permite que esses recursos sejam usados até para o cumprimento de despesas com folha de pagamento. "No caso de doação, não precisa de finalidade, está doando ao caixa do município", disse.

Atualmente, os Executivos estaduais e municipais precisam fazer convênio com a Caixa Econômica Federal e designar um projeto específico para que possam utilizar os recursos direcionados. Nesse trâmite, os prefeitos perdem uma parcela do montante total designado, o que gira em torno de 11% do valor da emenda.

Para senadores entusiastas da proposta, a medida reduz a burocracia. Eles negam que a medida diminua a fiscalização em relação ao uso do dinheiro de emendas individuais. "Nós estamos tirando o intermediário, o atravessador, para chegar direto ao município", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Mais cedo, na Marcha dos Prefeitos, Alcolumbre disse que a "abusiva centralidade fiscal da União" criou uma situação de "mendicância" de prefeitos. "Os prefeitos tendo que implorar recursos para ministros e parlamentares. Isso não pode mais continuar", disse.

Originalmente, a proposta estabelecia que os recursos de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) deviam ser alocados no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com a indicação do ente federativo a ser beneficiado. Este trecho foi alterado, no entanto, facilitando ainda mais o repasse para os prefeitos.

10/04/2019 - 10:36

Dívida brasileira deve beirar 100% do PIB em cinco anos, prevê FMI

Por Sergio Lamucci

WASHINGTON - O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou ligeiramente as projeções para as contas públicas brasileiras, mas as estimativas para a dívida bruta do país continuam a apontar uma trajetória de alta ininterrupta, chegando perto de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) num prazo de cinco anos.



Nas estimativas do Fundo, o endividamento bruto alcançará 97,6% do PIB em 2024. Em 2018, o indicador ficou em 87,9% do PIB, devendo subir para 90,4% do PIB neste ano, segundo o relatório Monitor Fiscal, divulgado nesta quarta-feira. O resultado primário (que exclui gastos com juros), deficitário desde 2015, só voltará ao azul em 2022.

Em outubro de 2018, o Fundo previa que a dívida bruta bateria em 98,3% do PIB em 2023 – a instituição apresenta projeções para um período máximo de cinco anos. Agora, a estimativa para o endividamento bruto em 2023 é de 96,5% do PIB, ainda assim um número muito elevado. A média dos emergentes deve ficar em 53,4% do PIB neste ano, de acordo com o FMI.

Além da magnitude, o endividamento brasileiro preocupa por sua trajetória projetada de alta contínua e pelo seu custo pesado, já que os juros são elevados. A dívida bruta é um dos principais indicadores de solvência das contas públicas de um país.

No Monitor Fiscal, o FMI trabalha com uma trajetória um pouco melhor para o resultado primário. A diferença, porém, é pouco significativa. Em outubro, a expectativa era de um déficit primário de 1,8% do PIB em 2019, expectativa mantida no relatório atual. O resultado seria zero em 2022, e agora se espera um pequeno superávit de 0,1% do PIB. Em

2023, o superávit será de 0,6% do PIB, segundo a nova projeção; antes, se previa um número de 0,5% do PIB. Para 2024, a aposta é num superávit de 1% do PIB. As projeções de crescimento do PIB não tiveram grandes variações.

O FMI usa um critério diferente das autoridades brasileiras para a dívida bruta, incluindo na conta os títulos públicos na carteira do Banco Central (BC). Pela metodologia brasileira, esses papéis não fazem parte do cálculo. Ainda assim, o nível é elevado. Ficou em 77,4% do PIB em fevereiro deste ano.

Em 2018, o indicador brasileiro foi o terceiro maior de uma lista de 39 países emergentes e de renda média, excluindo a Venezuela. Os 87,9% do PIB do Brasil ficaram atrás dos 92,6% do PIB do Egito e dos 88,1% do PIB de Angola. Em 2019, a dívida bruta brasileira ficará praticamente empatada com a angolana, nas projeções do Fundo. A do Brasil será de 90,4% do PIB e a do país africano, de 90,5% do PIB. Em 2020, o endividamento bruto brasileiro passará a ser o maior desse grupo de países, atingindo 92,4% do PIB.

Nesse cenário, o FMI destaca a importância de o Brasil adotar medidas para tentar equilibrar as contas públicas. Como a Itália, o país tem custos elevados de empréstimo e grandes necessidades de financiamento, diz o Fundo, no relatório. Com isso, é preciso promover um ajuste fiscal favorável ao crescimento, reduzindo vulnerabilidades de endividamento e construindo amortecedores para serem usados em caso de uma grande piora da economia.

O Fundo lembra ainda que, para cumprir o teto de gastos, as autoridades brasileiras planejam implementar uma reforma da Previdência e conter os gastos de pessoal. “No entanto, mesmo cumprindo com o teto de despesas, as projeções dos economistas do FMI são de que a dívida pública continuará a aumentar até pouco menos de 100% do PIB em 2024”, destaca o relatório da instituição.

Num país que enfrenta pressões fiscais por causa do envelhecimento da população, o FMI enfatiza a relevância da reforma da Previdência para criar espaço nas contas públicas. Entre as medidas necessárias, o Fundo cita o aumento da idade mínima, a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo e a moderação da generosidade das aposentadorias, especialmente para servidores públicos.

O Monitor foi divulgado na reunião de primavera do FMI e do Banco Mundial. O evento ocorre nesta semana em Washington.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 10/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

51% são contra reforma da Previdência, indica Datafolha

Brasileiros esperam se aposentar aos 61 anos e apoiam regras diferentes para professor e trabalhador rural

10.abr.2019 às 2h00

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro é rejeitada por 51% dos brasileiros, mostra pesquisa Datafolha. São favoráveis 41%, 2% se dizem indiferentes e 7% não sabem. A oposição à reforma é maior entre mulheres (56%) e supera o apoio por pelo menos dez pontos em todas as faixas etárias até 59 anos de idade. Já entre homens, 48% se dizem a favor e 45% contra, um empate técnico (a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos).

Há clara polarização das respostas de acordo com a posição na eleição presidencial de 2018: entre os que elegeram o presidente Jair Bolsonaro (PSL), 55% são a favor da reforma e 36% contrários. Já entre quem votou em Fernando Haddad (PT) ou branco ou nulo, 72% se dizem contra a mudança nas regras. O apoio à reforma é numericamente superior também entre os de renda familiar acima de dez salários mínimos (R\$ 9.998 em 2019), 50% apoiam a reforma; 47% são contra.

A maior rejeição, de 63%, aparece entre funcionários públicos (5% da amostra). O Datafolha ouviu 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril.

Embora majoritária, a oposição à proposta do governo Bolsonaro é menor que a registrada contra a reforma do governo Temer em abril de 2017, às vésperas de o texto ser votado por comissão especial da Câmara. Na ocasião, 71% rejeitavam a reforma apresentada por Michel Temer (MDB).

Em relação a pontos específicos da proposta de Bolsonaro, a maioria é contra as idades mínimas. A rejeição é maior aos 62 anos de idade para mulheres: 65% são contra, enquanto 53% se opõem a 65 anos para homens.

Também há maioria contrária a contribuir 40 anos para o benefício sem desconto, mas 66% são favoráveis a cobrar alíquotas mais altas de servidores que ganham mais e 72% a limitar a aposentadoria do servidor pelo teto do INSS (limite que já existe desde 2013 para servidores federais e de estados e municípios com previdência complementar).

O apoio a um aperto nas regras dos servidores é expressivo também entre funcionários públicos: 74% são a favor das alíquotas progressivas e 64% aprovam o teto.

Nesses pontos, a única diferença entre quem votou em Bolsonaro ou Haddad é quanto aos 65 anos para homens: 54% dos bolsonaristas apoiam, e 45% rejeitam.

Nos outros itens, eleitores dos dois candidatos têm posição semelhante, com diferença apenas de grau. Embora 68% dos brasileiros digam ter tomado conhecimento da proposta de reforma, só 17% se dizem bem informados; 42% declaram estar mais ou menos informados e 9%, mal informados.

A oposição à reforma é maior entre os pouco informados: 62% são contrários às mudanças, contra 55% dos bem informados, 54% dos mais ou menos informados e 41% dos que não tomaram conhecimento.

Considerando apenas os bem informados sobre a reforma da Previdência, caiu a rejeição a uma mudança nas regras: em 2017, 74% eram contrários, 19 pontos percentuais acima do índice atual.

É grande a disparidade de informação de acordo com o nível socioeconômico: 91% dos que têm ensino superior e 90% dos com renda familiar acima de dez salários mínimos dizem ter conhecimento sobre a proposta. Dizem desconhecer a proposta 44% dos que ganham até dois salários mínimos (R\$ 1.996 em 2019) e 49% dos com ensino fundamental.

Na média, o brasileiro espera parar de trabalhar aos 61 anos, idade inferior à proposta pela reforma de Bolsonaro. Em relação a 2017, cresceu a fatia dos que esperam se aposentar a partir dos 61 anos e caiu a dos que esperam parar antes dos 55 ou dos 60 anos.

Profissionais liberais são os que esperam trabalhar até mais tarde: a idade média é de 70 anos no caso deles, e 38% afirmam que pretendem se aposentar após os 66 anos.

Os mais jovens --que devem ser os mais atingidos por mudanças nas regras previdenciárias daqui para a frente-- são os mais otimistas em relação à aposentadoria precoce: 57% dos que têm entre 16 e 24 anos acham que vão se aposentar antes dos 60 anos.

A porcentagem cai quanto mais velho o brasileiro, e chega a 46% dos que têm de 45 a 59. O levantamento mostra, porém, que 1 a cada 10 dessa faixa etária já se aposentou.

Brasileiros defendem regras diferentes para professores e trabalhadores rurais, mas não para militares, e estão divididos sobre os policiais.

No total, 61% aprovam regras diferentes para trabalhadores rurais e 53% para professores. Há empate técnico em relação a policiais (51% apoiam regras diferentes e 47% querem regras iguais). Quanto aos militares, 54% consideram que não deveria haver diferença, e 44% a apoiam.

O resultado mostra uma mudança de opinião no caso dos professores e dos policiais, em relação à pesquisa de 2017. Há dois anos, a maioria dos brasileiros se opunha a regras diferentes para as três categorias. São os servidores públicos os que mais apoiam regras especiais de aposentadoria: 83% são a favor para trabalhadores rurais, 71% para professores, 65% para policiais e 50% para militares.

Quanto à avaliação do atual sistema de Previdência Social do país, os brasileiros se mostram divididos: 34% dizem que ele é ótimo ou bom, 34% o consideram ruim ou péssimo e 30% respondem regular (empate técnico).

O sistema é mais bem avaliado pelos que têm até o ensino fundamental e renda familiar mensal de até dois salários mínimos. São 40% os menos escolarizados que acham a Previdência brasileira ótima ou boa, e 36% dos de menor renda têm a mesma avaliação.

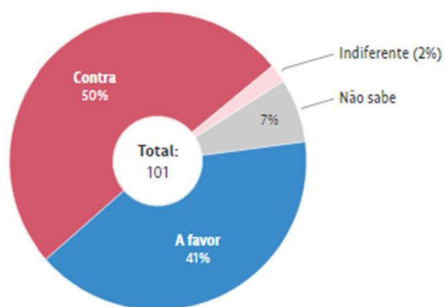
As taxas mais baixas estão no outro extremo da pirâmide: entre os com ensino superior, 28% aprovam a Previdência e 37% a consideram ruim ou péssima. Entre os de renda familiar superior a dez salários mínimos, 29% a aprovam e 36% a reprovam.

A reforma da Previdência foi apresentada pelo governo Bolsonaro ao Congresso em fevereiro deste ano --assim como na proposta encaminhada pelo governo Temer, a justificativa é que o envelhecimento da população brasileira torna inviáveis as contas públicas.

A Previdência consome hoje 13% do PIB brasileiro e deve chegar em 2019 a 59% do Orçamento federal. Economistas afirmam que, sem mudanças, as despesas previdenciárias podem chegar a 80% do total. Para defensores da reforma, ela é indispensável para que a dívida pública pare de crescer, os juros caiam e isso ajude a reativar a economia.

O projeto, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, ainda deve ser alterado pelos congressistas e, para ser aprovado, precisa ter três quintos de votos favoráveis (308 deputados de 49 senadores), em duas votações em cada Casa.

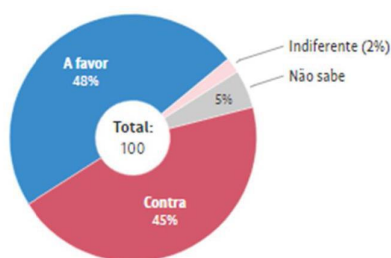
Maioria é contrária à reforma da Previdência



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Oposição é maior entre mulheres; eleitores de Bolsonaro aprovam mudanças

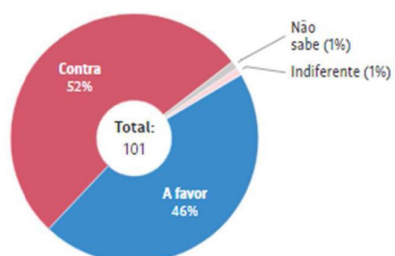
Sexo masculino



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Idade mínima para mulheres é mais rejeitada que para homens

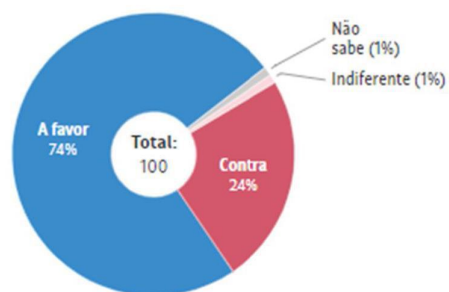
A idade mínima para homens se apo



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

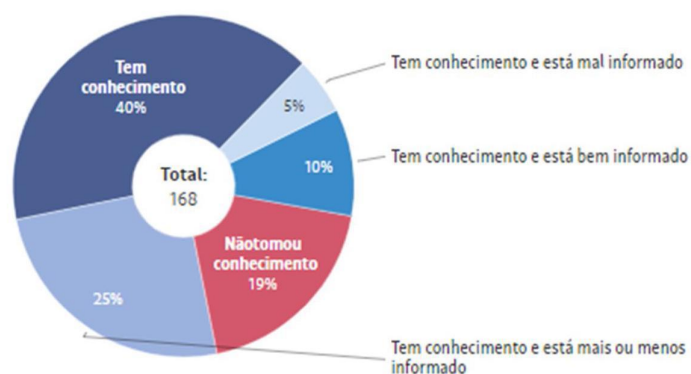
Mudanças recebem apoio também de servidores

Servidores públicos que ganham mais



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

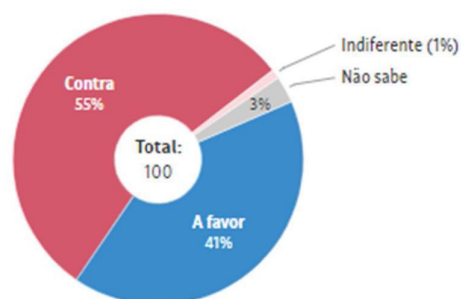
Um terço da população não tomou conhecimento sobre a reforma



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Oposição é maior entre quem se diz mal informado

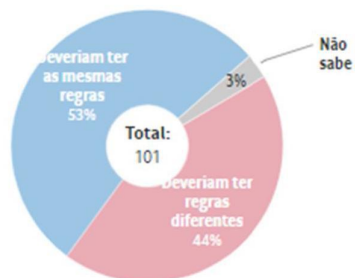
Tem conhecimento



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Brasileiro é a favor de regras diferentes para professores e trabalhadores rurais

Militares Policiais Professores Trabalhadores rurais



Fonte: pesquisa Datafolha; foram entrevistados 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais, em 130 municípios em todo o Brasil, em 2 e 3 de abril; margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 09/04/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Guedes vê 'algo sistêmico' em situação apertada de Estados e municípios

Ministro defende que a concentração de recursos no governo federal corrompeu a política e estagnou a economia

Agência Estado

postado em 09/04/2019 16:00 / atualizado em 09/04/2019 15:59



(foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu nesta terça-feira (9/4), durante evento com prefeitos em Brasília, que a situação financeira apertada dos entes federativos é "algo sistêmico". "Se fosse um prefeito apertado e um governador apertado, você diria que seria um caso de má gestão. Mas estão todos apertados", afirmou Guedes. "Se Estados e municípios estão muito apertados financeiramente, é porque há algo sistêmico", disse.

Guedes voltou a defender a ideia de que a concentração de recursos no governo federal corrompeu a política e estagnou a economia. Segundo ele, os orçamentos podem até ser formulados em Brasília, mas a execução tem que ser descentralizada. "Execução é com governadores e prefeitos", afirmou.

O ministro exemplificou ainda que, em países mais avançados, municípios geralmente cuidam de assuntos ligados à saúde e à educação, enquanto Estados tratam de rodovias. No caso da área de defesa, a responsabilidade é federal. "Tudo que o município pode fazer, ele faz", afirmou.

Guedes defendeu ainda que nenhum presidente da República pode ter tanto poder. "O poder tem que ser limitado e descentralizado", disse.

Antes da fala de Guedes, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, afirmou que o ministro, ao falar do novo pacto federativo, "criou uma expectativa enorme com os prefeitos".

No início de sua fala, Guedes citou o slogan "Mais Brasil, menos Brasília", que fez parte da campanha do presidente Jair Bolsonaro. Guedes foi aplaudido pelos prefeitos. Ao mesmo tempo, o ministro alertou que iria para São Paulo encontrar um grupo de "10 ou 20 artistas" que querem apoiar a reforma da Previdência.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa nesta terça-feira da 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, conhecida como Marcha dos Prefeitos. Pela manhã, estiveram presentes ao evento o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ).